



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**Teresina/Pi  
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**Teresina/Pi  
MARÇO/2012**

## SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....	<u>9</u>
Introdução .....	<u>11</u>
1 - Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	<u>13</u>
2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	<u>14</u>
2.1 – Responsabilidades Institucionais .....	<u>14</u>
2.1.1 – Competência Institucional .....	<u>14</u>
2.1.2 – Objetivos Estratégicos.....	<u>14</u>
2.2 – Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais .....	<u>16</u>
2.2.1 – Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou órgão em que a unidade estar inserida.....	<u>16</u>
2.2.2 – Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.....	<u>16</u>
2.3 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....	<u>17</u>
2.3.1 – Ação 2000 – Administração da Unidade.....	<u>17</u>
2.3.2 – Ação 2586 – Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional.....	<u>18</u>
2.3.3 - Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública .....	<u>18</u>
2.3.4 - Ação 2726 – Prevenção e Rep. a Crimes Praticados contra Bens, Serv. e Int da União .....	<u>19</u>
2.3.5 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	<u>21</u>
2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro .....	<u>22</u>
2.4.1 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	<u>22</u>
2.4.2 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	<u>22</u>
2.4.3 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	<u>24</u>
2.4.4- Despesas de Capital .....	<u>25</u>
2.4.5 – Indicadores Institucionais .....	<u>26</u>
3 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	<u>27</u>
3.1 – Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	<u>27</u>
3.2 – Análise crítica .....	<u>27</u>
4 – RECURSOS HUMANOS .....	<u>28</u>
4.1 – Composição do quadro de servidores ativos.....	<u>28</u>
4.1.1 -Demonstração da Força de Trabalho à disposição da unidade jurisdicionada....	<u>28</u>
4.1.2 -Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da UJ.....	<u>28</u>
4.1.3 -Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ.....	<u>29</u>
4.1.4 - Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade.....	<u>29</u>
4.1.5 - Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade.....	<u>29</u>
4.2 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	<u>30</u>
4.2.1 - Classificação do quadro de servidores inativos da UJ segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	<u>30</u>
4.2.2 – Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ.....	<u>30</u>
4.3 - Composição do Quadro de Estagiários.....	<u>30</u>
4.4 -Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ .....	<u>31</u>
4.5 - Terceirização de mão de obra empregada pela UJ.....	<u>32</u>
4.5.1 – Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância	<u>32</u>

ostensiva pela unidade. ....	33
4.5.2 - Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	33
4.6 -Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	34
5 - DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV	35
6 - INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DA DBR.....	36
6.1 - Situação do cumprimento das obrigações impostas pela lei 8.730/93.....	36
6.2 - Análise crítica da entrega da DBR.....	36
7 - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	37
7.1 -Estrutura de Controles Internos da UJ.....	37
8 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	39
9 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	41
9.1 - Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	41
9.2 - Análise Crítica sobre a Gestão de Imobilizados sob sua responsabilidade.....	42
10 - UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	43
10.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	43
11 - RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	44
12 -RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	45

## ANEXOS

ANEXO III – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1  
DAPARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU

Nº107/2010.....[47](#)

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFIS - Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais  
 APEGR - Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos  
 CEF – Caixa Econômica Federal  
 CGCOR – Coordenadoria Geral de Correições  
 CGPFAZ – Coordenadoria Geral de Polícia Fazendária  
 CGU – Controladoria Geral da União  
 CIGE – Centro Integrado de Gestão Estratégica  
 COAD – Coordenadoria de Administração  
 COAIN – Coordenadoria de Assuntos Internos  
 COGER – Corregedoria Geral de Polícia  
 CRH -Coordenadoria de Recursos Humanos  
 CTI – Coordenadoria de Tecnologia da Informação  
 CRIS – Centro Regional de Inteligência de Sinais  
 CSR – Comissão Regional de Segurança  
 DCOR – Diretoria de Combate ao Crime Organizado  
 DELEFAZ – Delegacia de Repressão aos Crimes Fazendários  
 DELEMIG – Delegacia de Imigração  
 DELEPREV – Delegacia de Repressão aos Crimes Previdenciários  
 DELEMAPH –Delegacia de Rep a Crimes Contra o Meio ambiente e Patrimônio Histórico  
 DG/DPF – Direção Geral do Departamento de Polícia Federal  
 DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal  
 DPAG – Divisão de Pagamento  
 DIP – Divisão de Inteligência Policial  
 DIREX – Diretoria Executiva  
 DITEC – Diretoria Técnico-Científica  
 DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial  
 DPF – Departamento de Polícia Federal  
 DPF/CXA/MA – Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA  
 DPF/PHB/PI – Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI  
 DPFnet – Rede de informática do Departamento de Polícia Federal  
 DPREV – Divisão de Repressão aos Crimes Previdenciários  
 DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado  
 DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes  
 DREX – Delegacia Regional Executiva  
 FPE – Fundo de Participação do Estado  
 FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
 FTPrev – Força Tarefa Previdenciária  
 FUNAPOL – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal  
 FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico  
 FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
 GAB – Gabinete  
 IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente  
 IFPI – Instituto Federal de Tecnologia do Piauí  
 IN – Instrução Normativa  
 INC –Instituto Nacional de Criminalística  
 INI –Instituto Nacional de Identificação

INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social  
INTERPOL – Polícia Internacional  
INTEGRAPOL - Sistema de Radiocomunicação Digital da Polícia Federal  
IPL – Inquérito Policial  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
NID – Núcleo de Identificação  
NIP – Núcleo de Inteligência Policial  
OMP – Ordem de Missão Policial  
OSA – Ordem de Serviço Administrativo  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PCDRH – Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos  
PIB – Produto Interno Bruto  
Port. – Portaria  
PPA – Plano Plurianual  
PRF – Polícia Rodoviária Federal  
RG – Relatório de Gestão  
RP – Restos a Pagar  
SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda  
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial  
SETEC – Setor Técnico-Científico  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICAF – Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal  
SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial  
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SINARM – Sistema Nacional de Registro de Armas  
SR/DPF/PI – Superintendência Regional do DPF no Piauí  
SR/PI – Forma compacta de Superintendência Regional do DPF no Piauí  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TCE – Tribunal de Contas do Estado  
TRT – Tribunal Regional do Trabalho  
UFPI – Universidade Federal do Piauí  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária

**LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS****TÍTULO**

III - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1  
DAPARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº107/2010

**PÁGINA**

48

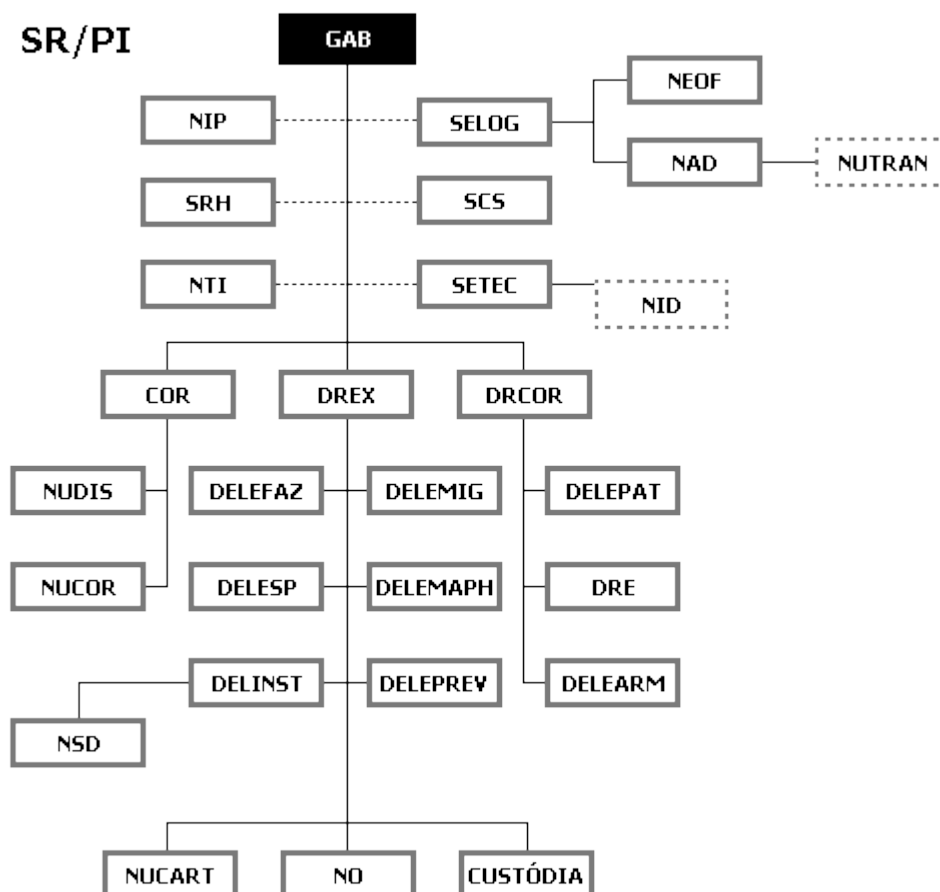
.....



## ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí está estruturada em duas Unidades Operacionais, quais sejam: Sede da Superintendência e Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba.

O organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009) para a SR/DPF/PI, em vigência até o final do exercício de 2011 é o seguinte:



Superintendência Regional:

- a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos – SRH;
- d) Setor Técnico-Científico – SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG:
  1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF;
  2. Núcleo Administrativo – NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva – DREX:
  1. Núcleo de Cartório – NUCART;
  2. Núcleo de Operações – NO;
  3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
  4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
  5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
  6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;
  7. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;

8. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
- g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR:
  1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT;
  2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM;
  3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR:
  1. Núcleo de Disciplina – NUDIS; e
  2. Núcleo de Correições – NUCOR

Em consonância com o arcabouço legal que define as atribuições da Polícia Federal, pode-se afirmar que o papel da SR/DPF/PI é contribuir para o cumprimento da missão do Departamento de Polícia Federal no âmbito do Estado do Piauí, tanto como Polícia Judiciária da União, quanto como Polícia Administrativa.

Suas atribuições gerais estão definidas na Portaria nº 3.961, de 24 de novembro de 2009, publicada na Seção 1 do DOU nº 225, de 26 de novembro de 2009, quais sejam:

- planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito do Estado do Piauí;
- administrar a Delegacia de Polícia Federal localizada no Município de Parnaíba, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;
- propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Órgão, no âmbito do Estado do Piauí, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;
- executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento, no âmbito do Estado do Piauí;
- promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais;
- adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/PI e da DPF/PHB/PI.

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2011 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí – SR/DPF/PI, de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 108/2010, a Portaria TCU nº 123/2011 e as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial, segundo os itens a relacionados na parte A (conteúdo geral, com doze itens) e na parte B (informações contábeis da gestão, com um item) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

Os itens da parte A, 3, 6, 12, 14 e 16; Itens 1 a 5 da parte B, partes C e D do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional. Convém salientar que a SR/DPF/PI.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí é uma unidade descentralizada do Departamento de Polícia Federal e está estruturada em duas Unidades Operacionais, a saber: a Sede da Superintendência, em Teresina, e a Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba.

Cabe ressaltar que o Estado do Piauí ocupa uma área de 251.529 Km<sup>2</sup>, é composto por 223 (duzentos e vinte e três) municípios, sendo 191 (cento e noventa e um) na circunscrição da sede desta Regional, conforme relacionado na Portaria nº 069/2008-DG/DPF, de 19/02/2008 e 32 (trinta e dois) na circunscrição da Delegacia de Parnaíba, indicados na Portaria nº 178/2007-DG, de 17/05/2007. Quanto à posição geográfica, faz divisa com os estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão, sendo que a divisa com o Maranhão é a maior – 1.492 km e a com o Tocantins a menor – 21 km. O litoral no Oceano Atlântico é o menor entre os estados litorâneos - 66 km.

No contexto nacional, apesar dos esforços governamentais empreendidos na última década, no sentido de alavancar o desenvolvimento econômico do Estado, o Piauí ainda se mantém como um dos estados mais pobres do Brasil: é o quinto menor PIB – Produto Interno Bruto – e o terceiro menor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (informação a ser confirmada).

Por essa razão, os repasses de recursos federais (FPE, FPM, FUNDEF, FUNDEB e outros) ainda representam parcela preponderante das receitas estaduais e municipais, da mesma forma que os benefícios da Previdência Social e os programas de transferência de renda do governo federal ainda constituem a maior parte da composição da renda das famílias piauienses.

Nesse contexto, o acompanhamento da aplicação dos recursos repassados pela União tem se constituído num dos principais alvos da atenção dos organismos federais de controle e, por consequência, uma importante prioridade para a atuação da Polícia Federal no Estado.

De outra sorte, a grande extensão territorial, as divisas extensas com Ceará, Pernambuco, Bahia e Maranhão, a disposição da malha viária e a quase equidistância de médios centros populacionais - Belém/PA, São Luís/MA, Palmas/TO, Salvador/BA, Recife/PE e Fortaleza/CE, conferem ao estado do Piauí posição estratégica para a logística de distribuição regional de produtos e serviços.

Atenta a essa condição, a Polícia Federal vem empreendendo ações proativas e reativas para reprimir a utilização do estado como rota para as diversas formas de tráfico e a circulação irregular de mercadorias, usando como estratégia de atuação o combate à corrupção, crime organizado, desvios de recursos federais, fraudes contra a previdência e tráfico, contrabando e descaminho.

Assim, buscando minimizar os efeitos nocivos das ações empreendidas pelos agentes da criminalidade no estado do Piauí, as realizações da gestão da Superintendência Regional da

Polícia Federal no Piauí durante o exercício de 2011 foram no sentido de dar continuidade ao trabalho iniciado em anos anteriores, almejando sempre o incremento da atividade operacional em toda a área de sua circunscrição, aumento da produtividade na atividade cartorária e melhoria das condições de trabalho tanto na sede, em Teresina, quanto na Delegacia de Parnaíba.

As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, a exemplo do Decreto n° 7446/2011, estabelecendo limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Os planos e projetos para o exercício de 2012 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões.

## A- CONTEÚDO GERAL

### 1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

#### Quadro I - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí			
Denominação abreviada: SR/DPF/PI			
Código SIORG: 1154	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200081	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(086) 2106-4972	(086) 2106-4990	(086) 3223-0556
E-mail: gab.srpi@dpf.gov.br			
Página na Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Av. Maranhão 1022, Centro/Norte, CEP: 64000-010 – Teresina/Piauí			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
- A SR/DPF/PI foi Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 182, de 29/04/65, Boletim de Serviço nº. 081, de 04/05/65, foi transformada em Divisão pelo Dec. 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72 e elevada para Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75.			
FUNAPOL: Instituído pela Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200390	TESOURO		
200391	FUNAPOL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

## 2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 2.1 - Responsabilidades institucionais

#### 2.1.1 - Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional no Estado do Piauí.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 – Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 – SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários – oficiais e autoridades estrangeiras ( Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Polícia Federal no Estado do Piauí exerce, direta ou indiretamente, todas essas atividades no âmbito de sua circunscrição.

#### 2.1.2 -Objetivos estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Isto decorre do entendimento de que, no contexto da Segurança Pública, as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, o que demanda das instituições que atuam nessa arena de intenso desenvolvimento a utilização de instrumentos que apoiem escolhas racionais e que forneçam confiança e conhecimento dos fatos.

Dessa forma, por meio de metodologia científica, procurou-se determinar futuros probabilísticos de maior generalidade criando cenários/histórias sobre a forma que o mundo pode assumir, sejam eles possíveis, realizáveis ou desejáveis. É certo que o futuro da criminalidade brasileira não pode ser predito, mas as ameaças e pontos fracos de seus agentes podem ser estudados e entendidos, e, com base em tais considerações, estratégias e políticas podem ser formuladas para influenciar os eventos que virão no sentido de minimizar seus impactos sobre a sociedade, ou até extingui-los.

Isto posto, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 3/11/2010, o planejamento estratégico da Polícia Federal pôde ser representado por três instrumentos:

**A) Plano Estratégico**, composto por:

- I – Histórico;
- II – Negócio;
- III – Missão;
- IV – Visão;
- V – Valores;
- VI – Fatores Críticos de Sucesso;
- VII – Políticas Corporativas;
- VIII – Macro Objetivos;
- IX – Objetivos Institucionais; e
- X – Ações Estratégicas.

**B) Portfólio Estratégico**, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, composto de:

- I – Objetivos Institucionais; e
- II – Ações Estratégicas.

**C) Mapa Estratégico**, composto de:

- I – Missão;
- II – Visão;
- III – Perspectivas;
- IV – Macro Objetivos;
- V – Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores;
- VI – Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

- I – Orçamento e Finanças; II – Aprendizado e Crescimento; III – Processos Internos; e IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

**Fortalecer a cultura de gestão estratégica**

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

**a) Valorizar o Servidor**

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

**b) Reduzir a Criminalidade**

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

**c) Promover a Cidadania**

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

**d) Incrementar os Acordos e Parcerias**

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

**e) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais**

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

**f) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação**

Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

**g) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico**

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

2.2 -Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011

A Superintendência Regional do DPF no Piauí atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF, demais forças e órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. A Delegacia Descentralizada de Parnaíba/PI opera em consonância com a Superintendência em Teresina, integrando suas ações no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse que ultrapassam o limite geográfico de suas circunscrições. Da mesma forma, a SR/DPF/PI opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF, com destaque para as localizadas nos estados vizinhos.

O fato de o Piauí estar localizado na área da região Nordeste conhecida como Meio-Norte, guardando equidistância de médios centros populacionais como Belém/PA, São Luiz/MA, Palmas/TO, Salvador/BA, Recife/PE e Fortaleza/CE, interligados por uma malha viária servida por transportes rodoviários e aéreos, confere ao estado do Piauí posição estratégica para a logística de distribuição regional de produtos e serviços, o que concorre para que o estado venha a ser como rota para as diversas formas de tráfico e a circulação irregular de mercadorias.

Nesse contexto, seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2011, dentro das ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com levando em conta a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF no Piauí atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao contrabando e descaminho, ao tráfico de drogas e armas, ao desvio de verbas públicas e lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias no atendimento aos estrangeiros. Foi também dado prosseguimento à campanha do desarmamento, com a coleta de diversos tipos de armas, cadastro e confecção de registros e portes.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011

Durante o exercício de 2011 a gestão da Superintendência Regional apresentou resultados satisfatórios, considerado o quadro de escassez econômica frente aos desafios que a demanda pelos serviços da instituição trouxe no âmbito da realidade local. Os desafios do presente impulsionaram a Administração Regional a traçar como objetivos da gestão em 2011 o intensificação do combate às organizações criminosas sem olvidar o enfrentamento aos demais



delitos cuja repressão compete à União. Para tanto, buscou-se a realização do plano de ações sem perder de foco os seguintes aspectos:

1 - orçamento e finanças: a escassez dos recursos orçamentários e financeiros descentralizados para a unidade em algum momento levou a administração local a redimensionar suas ações, a fim de que a atividade-fim não fosse prejudicada na consecução de seus objetivos. Assim, buscou-se a racionalização dos gastos, sobretudo com diárias e suprimentos de bens e serviços, quando da realização de diligências para a instrução de inquéritos que demandavam deslocamentos para localidades diversas dentro da circunscrição. Nesse aspecto, foi providencial a manutenção do sistema de cartório itinerante, quando as demandas por diligências policiais numa determinada região do estado foram agrupadas, possibilitando maior produtividade com menos gastos. Nas atividades que não demandaram deslocamentos, sobretudo na sede, procurou-se otimizar o emprego dos bens e recursos materiais.

2 - processos internos: para consecução dos objetivos do planejamento estratégico da Superintendência, a gestão local buscou abrir e manter canais de diálogo com os diversos setores das atividades fim e meio, instituindo reuniões periódicas e outros mecanismos que estimulassem a gestão participativa.

3 - aprendizado e crescimento: as falhas operacionais foram encaradas como motivo de aprendizado e crescimento. Essa ótica permitiu à administração local realinhar os pontos do planejamento estratégico sempre que a execução sinalizava para a obtenção de acanhados resultados operacionais. Buscou-se, ainda, incrementar acordos e parcerias com outros órgãos públicos e até mesmo com instituições da sociedade civil organizada.

4 - clientes e resultados: em última instância, a Polícia Federal tem como cliente o cidadão brasileiro. Essa visão motivou a Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí a promover maior aproximação com a sociedade, quer utilizando os meios de comunicação de massa, quer participando de eventos junto a instituições sociais, com vistas a divulgar ações voltadas para o fortalecimento e promoção da cidadania, com ênfase nas palestras sobre consumo e tráfico de drogas, que foram levadas a efeito em escolas, igrejas, centros sociais, etc.

### 2.3. Execução física das ações realizadas pela UJ

Esta unidade não tem responsabilidade sobre os Programas de Governo constantes do PPA, contudo por receber recursos da Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF executa ações relacionadas aos respectivos programas.

QUADRO II - Execução Física das ações realizadas pela UJ - 200390

<b>Função</b>	<b>Sub função</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
14	122	0750	2000	A	3	N/D	N/D	2.036.740,48	N/D

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA, LOA-2011

2.3.1 - Ação 2000, vinculada ao Programa - 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo com a finalidade de proporcionar apoio adequado aos trabalhos da atividade operacional da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal. A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos desta Regional.

No que se refere às dotações orçamentárias destinadas a esta UG verifica-se que são insuficientes, tendo em vista as atividades que a Polícia Federal deve desenvolver; este fato termina impactando de forma negativa nas atividades operacionais, em especial quanto a investimentos.

Dentre as principais ações desenvolvidas que colaboraram na melhoria da gestão podemos destacar:

A) Ampliação do Controle do Sistema de Telefonia - durante o ano de 2011 consolidou-se a utilização de ramais virtuais, para que cada usuário possa administrar e controlar suas ligações telefônicas, por conseguinte reduzir os gastos com telefonia.

B) Implantação do Sistema de Gerenciamento Policial – SIGEPOL, em 2011 consolidou-se a utilização dos diversos módulos do sistema: OMP (Ordem de Missão Policial) e OSA (Ordem de Serviço Administrativo), Sistema de Documentos (memorandos, ofícios, despachos, informações, portarias e outros) Recursos Humanos, Controle de viaturas, livro de plantão, o sistema é integrado e visa agilizar o processo documental com repercussão na gestão.

C) Aquisições de equipamentos de processamentos de dados para as diversas Delegacias, Núcleos e Setores com o intuito melhorar as atividades e garantir maior agilidade dos serviços.

D) Contratação de serviços de engenharia para a reforma e adaptações do edifício sede da Superintendência, da Delegacia de Parnaíba e da Delegacia de Imigração que será transferida para o Aeroporto – Petrônio Portela.

QUADRO III - Execução Física das ações realizadas pela UJ - 200391

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
06	181	0662	2586	A	3	N/D	N/D	6.420,00	-
06	183	0662	2720	A	3	N/D	N/D	50.270,27	N/D
06	181	0662	2726	A	3	N/D	N/D	1.243.907,08	N/D
06	128	0662	4572	P	3	N/D	N/D	3.705,00	N/D
14	122	0750	2000	A	3	N/D	N/D	19.675,32	N/D

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA, LOA-2011

2.3.2 - Ação – 2586 – Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional. O valor executado refere-se a aquisição de equipamentos de informática para suprir carência relacionada à emissão passaporte.

No exercício de 2011 foi arrecadado R\$940.048,92 em taxas, pela expedição de 6.644 passaporte e 145 carteiras de estrangeiros.

2.3.3 – Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública. Na Superintendência o controle da execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso é efetuado pelo Núcleo de Inteligência Policial (NIP) com a finalidade de custear diárias e Suprimento de Fundos, neste último caso, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas

operações policiais aprovadas e no pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal. Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso, os recursos utilizados deram suporte às diligências investigativas relacionadas às operações Geleira, Hiena, Estivas, Iceberg, Prometeus, Delivery, Ouro Branco e Salvador.

2.3.4 – Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União. O valor executado nesta ação foi operacionalizado pelas delegacias DRCOR e DREX, com apoio técnico do SETEC e do Núcleo de Identificação (NID). A maior parte desses recursos foi utilizada para o custeio de diárias dos servidores policiais mobilizados para participarem de operações policiais dentro e fora da circunscrição da SR/DPF/PI, incluídas aí as operações permanentes coordenadas pelo órgão central e realizadas em outras unidades da federação.

A Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado neste Estado realizou no ano de 2011 várias operações de grande porte, com enfoque no combate aos crimes de maior incidência no Piauí, como, por exemplo, desvio de verbas, tráfico de drogas; quadrilhas do crime organizado e fraudes ao sistema tributário ou previdenciário, culminando nas operações denominadas: Geleira, Estivas, Hiena, Iceberg, Prometeus, Delivery, Ouro Branco e Salvador. Merece destaque o fato de que em 2011 foi mantido um bom relacionamento entre a SR/DPF/PI, MPF, CGU, TCE/PI, SEFAZ e Judiciário, cenário que resultou favorável às ações de combate à criminalidade.

#### RESULTADOS DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PLANEJADAS PELA DRCOR

##### A) Entorpecentes – apreensões:

- 1) Apreensão de Maconha: 111,24 Kg
- 2) Apreensão de Cocaína: 8,86 Kg
- 3) Apreensão de Crack: 24,56 Kg
- 4) Atividades policiais realizadas:

#### QUADRO IV – ESTATÍSTICA DE PRODUÇÃO - DRCOR

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Inquéritos em Andamento	160
Inquéritos Instaurados	124
Inquéritos Relatados	145
Indiciamentos	139
Termos Circunstanciados-instaurados	01
Termos Circunstanciados-em andamento	03
Registros especiais-RE em andamento	03
Registro de armas apreendidas	10
Armas registradas	7.108

Fonte: SISCART -estatística de produção

Já no âmbito da Delegacia Regional Executiva – DREX, é oportuno pontuar a manutenção do serviço de **Cartório Itinerante**, que consiste no deslocamento de uma equipe de policiais federais formada por 01 Delegado, 02 Agentes e 01 Escrivão para regiões onde existem demandas de diligências para finalização de procedimentos investigatórios.

No âmbito da Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários manteve-se o estreitamento dos laços com a Gerência Executiva do INSS, a APEGR e a própria DPREV/CGPFAZ/DIREX, parceiros na tentativa de prevenir e reprimir a ocorrência de delitos previdenciários no estado do Piauí.

Foram realizadas gestões junto à INFRAERO no sentido de ultimar as providências de transferência da Delegacia de Polícia de Imigração da sede para as dependências do Aeroporto Petrônio Portela objetivando que todas as atividades da Delegacia de Imigração seja feita no próprio aeroporto, inclusive expedições de passaporte. Esta medida também irá permitir melhor aproveitamento do espaço da Sede, visto que estamos com necessidade de readequação do Setor de Administração e Logística Policial e de outras delegacias.

Registre-se ainda a manutenção de horário ampliado na DELEMIG para atendimento ao público externo, visando assegurar atendimento ininterrupto ao cidadão que busca os serviços da delegacia, principalmente no que diz respeito à expedição de passaportes, cujo horário de funcionamento se manteve das 07:00 horas da manhã até às 19:00 horas da noite.

## RESULTADOS DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PLANEJADAS PELA DREX

### QUADRO V – ESTATÍSTICA DE PRODUÇÃO DA DREX

ATIVIDADE	Quantidade
Inquéritos Instaurados	803
Inquéritos Relatados	863
Inquéritos em Andamento	832
Indiciamentos	1.072
Termo Circunstanciado-Instaurado	09
Termo Circunstado-emandamento	03
Registro Especial, emandamento	11
Cartas precatórias emandamento	6

Fonte: SISCART -estatística de produção

Ao todo, na SR/DPF/PI foram instaurados, no exercício de 2011, 927 Inquéritos, relatados 1008, com 1.211 indiciamentos, 10 termos circunstanciados, 14 Registros Especiais. Terminado o exercício passou em andamento para o exercício subsequente 992 inquéritos, 14 Registros Especiais, 6 Termos circunstanciados e 6 cartas precatórias.

O Setor Técnico-Científico, responsável pelas perícias criminais, é composto 17 peritos, 03 papiloscopistas, 02 administrativos e 02 estagiários, que atendem ordinariamente às requisições de todas as delegacias da SR/DPF/PI e da Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba nas diversas especialidades do setor (perícia em informática, audiovisual, eletrônica, engenharia civil, engenharia elétrica, química, farmácia, contabilidade, meio-ambiente, documentoscopia, balística, merceológica, vistoria, bombas e explosivos, varredura, morte violenta, papiloscopia, entre outras áreas). O setor historicamente também atende às solicitações da Polícia Civil dos Estados do Piauí e do Maranhão, uma vez que as mesmas não dispõem da infra-estrutura pericial adequada. Estes atendimentos são quase que totalmente compreendidos de perícias na área de química forense, e ocorrem sem prejuízo da rotina policial federal uma vez que naquela área dispõe-se de recursos humanos e materiais para fazer frente a essa demanda. São atendidas, ainda, requisições das Justiças Federal e Estadual, do Ministério Público Federal, PRF, Prefeituras e Receita Federal, UFPI, IFPI, TRT, CEF, entre outros órgãos. Destaque-se que desde 2009 o SETEC vem executando, após acordo dos respectivos Superintendentes, à demanda da delegacia DPF/CXA/MA e de sua circunscrição, com exceção daquelas relativas às perícias de engenharia e contábil, uma vez que a grande demanda própria da SR/DPF/PI impede esse atendimento. As estatísticas do setor registraram os seguintes resultados: Perícias requisitadas: 792; Laudos periciais emitidos: 822; Informações técnicas emitidas: 98.

QUADRO VI – ESTATÍSTICAS DO NÚCLEO DE IDENTIFICAÇÃO

ATIVIDADES DE IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE
CRIMINAL	110
ESTRANGEIROS	160
PASSAPORTE	4
FUNCIONAL	13
EMISSÃO DE FOLHAS DE ANTECEDENTES CRIMINAIS	2.632
INCLUSÃO DE BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	1.568
INCLUSÃO DE BOLETINS DE DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL	36
INCLUSÃO DE BOLETINS DE DECISÃO JUDICIAL	8
VIGILANTES	301
REPRESENTAÇÃO FACIAL HUMANA - RFH	6
CONSULTA DE PESSOAS EM SISTEMA DE INFORMACÕES	16.207
INCLUSÃO AFIS	645
INCLUSÃO CASO CRIMINAL AFIS	52

Fonte: Controle de estatísticas – relatório gerencial SETEC/SR/DPF/PI

A principal dificuldade enfrentada pelo Setor Técnico Científico diz respeito a pessoal, há uma necessidade premente de recomposição do efetivo em algumas áreas periciais, particularmente, de informática, de audiovisual, meio-ambiente, considerando o descompasso demanda x número reduzido de peritos dessas especialidades.

Importa destacar também, que se faz necessário recompor o efetivo de papiloscopistas que estão lotados em setores diversos, desempenhando atividades alheias às atribuições do Núcleo de Identificação, considerando as atividades próprias destes servidores quanto ao acompanhamento e inclusão de dados criminais nos sistemas SINIC e AFIS, o monitoramento, a supervisão e o apoio às atividades desenvolvidas pelo Instituto de Criminalística/SSP/PI e na Seção Judiciária Federal no Piauí, e as providências que se deve acompanhar quanto à implantação do Projeto RIC neste Estado. Ainda, considerando o crescente trabalho administrativo na secretaria do SETEC e a necessidade de apoio técnico à execução de tarefas pré-periciais, torna-se necessário incrementar o número de estagiários tanto das áreas técnicas como de apoio administrativo.

2.3.5. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

O valor executado nesta ação foi de apenas R\$ 3.705,00, o qual foi utilizado nas ações discriminadas abaixo, observa-se que grande parte dessas ações foram voltadas para área de licitações e orçamento e finanças públicas, tendo em vista a necessidade de investir em formação dos servidores diretamente envolvidos nessas atividades, contudo há de se ressaltar que os investimentos em capacitação são ínfimos em relação à demanda de treinamento, visto que de um quadro de 55 servidores administrativos apenas 03 passaram por processo de capacitação, ou seja, 5,45%. Cumpre esclarecer que a atividade fim conta com a Academia Nacional de Polícia para realização de capacitação dos servidores policiais.

QUADRO VII -CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Nome do curso	Período	Local	Inscrições
Capacitação e Formação de Pregoeiros – SRP LC 123/2006	01 A 02/03/2011	Teresina-PI	R\$1.595,00
Curso completo de Licitações e Contratos.	16 a 19/05/2011	Brasília	R\$ 1.910,00
VIII -Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas.	26 a 30/07/2010	Belém-Pará	R\$ 200,00
TOTAL			R\$12.126,00

Fonte: Arquivo SELOG/SR/DPF/PI

## 2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

### 2.4.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

QUADRO VIII - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESAVALORES EM R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	200390	0750	-	-	2.471.588,88	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
Movimentação Interna	Recebidos	200391	2000	-	-	19.675,32	
			2720	-	-	44.830,69	
			2726	-	-	1.243.907,08	
			4572	-	-	3.705,00	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
Movimentação Interna	Recebidos	200390	2000	318.146,73	-	-	
			200391	2720	5.439,58	-	-
				2586	6.420,00	-	-
				-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

A SR/DPF/PI somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora. As despesas correntes totalizaram R\$ 3.783.706,97. O contingenciamento orçamentário no início do exercício provocou impactos, especialmente sobre as despesas com diárias para servidores policiais, pois várias viagens do cartório itinerante foram suspensas por quase 3 meses, o que gerou acúmulo de diligências pendentes a serem realizadas no interior do Estado e, conseqüentemente, maior demora na conclusão das investigações.

Vale destacar que no segundo semestre a unidade recebeu aporte de recursos para contratação de serviços pontuais de engenharia no valor de R\$286.695,71, os serviços visavam a melhoria das condições físicas dos prédios da Sede da Superintendência e da Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba, com impactos nas condições de trabalho dos servidores. No entanto, faz-se necessária a contratação de serviços de manutenção predial que ainda não foi possível pela falta de orçamento, com previsão para o exercício 2012.

Quanto às despesas de investimentos foi recebido R\$330.006,31, basicamente para aquisição de equipamentos de processamentos de dados, com fins de atualizar o parque computacional que se encontrava altamente defasado. Contudo, apenas parte das demandas foi atendida.

2.4.2 -Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.

QUADRO IX - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – UG 200390

VALORES EM R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
<b>Licitação</b>	<b>1.098.471,20</b>	<b>1.398.257,78</b>	<b>1.098.471,20</b>	<b>1.374.552,24</b>
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.098.471,20	1.398.257,78	1.098.471,20	1.374.552,24
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	<b>370.124,67</b>	<b>362.060,74</b>	<b>370.124,67</b>	<b>361.784,79</b>
Dispensa	312.022,70	297.468,17	312.022,70	297.192,22
Inexigibilidade	58.101,97	64.592,57	58.101,97	64.592,57
<b>Regime de Execução Especial</b>	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>529.879,30</b>	<b>300.403,45</b>	<b>529.879,30</b>	<b>300.403,45</b>
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	n/a	n/4	n/a	n/a
Diárias	155.896,37	110.696,30	155.896,37	110.696,30
<b>Outras</b>	<b>373.982,93</b>	<b>189.707,15</b>	<b>373.982,93</b>	<b>189.707,15</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

QUADRO X - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – UG 200391

VALORES EM R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
<b>Licitação</b>	<b>44.435,94</b>	-	<b>44.435,94</b>	-
Convite	44.435,94	-	44.435,94	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	<b>11.246,00</b>	<b>3.705,00</b>	<b>11.246,00</b>	<b>3.705,00</b>
Dispensa	11.246,00	3.705,00	11.246,00	3.705,00
Inexigibilidade	-	-	-	-
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>57.607,46</b>	<b>85.179,70</b>	-	<b>85.179,70</b>
Suprimento de Fundos	57.607,46	85.179,70	57.607,46	85.179,70
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>1.149.450,97</b>	<b>1.226.709,19</b>	<b>1.149.450,97</b>	<b>1.226.709,19</b>
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	n/a	n/a	n/a	n/a
Diárias	1.149.450,97	1.226.709,19	1.149.450,97	1.226.709,19
<b>Outras</b>	-	<b>1.963,78</b>	-	<b>1.963,78</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

## 2.4.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.

QUADRO XI - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – UG 200390.

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Desp. Correntes</b>								
39 – Outros Serv de Terc.. -PJ	601.603,17	955.723,38	567.118,02	558.762,29	34.485,15	396.961,09	567.118,02	541.946,69
37 – Locação de Mão de Obra	424.981,95	535.136,21	424.981,95	535.136,21	-	-	424.981,95	535.136,21
30 – Mat. Consumo	301.539,43	496.679,61	223.866,21	336.148,62	77.673,22	160.530,99	223.866,21	329.543,71
Demais elementos do grupo	706.387,18	484.049,68	706.387,18	460.831,93	-	23.217,75	706.387,18	460.270,95

QUADRO XII - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – UG 200391.

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
14 – Diárias pessoal Civil	1.149.450,97	1.226.709,19	1.149,450,97	1.226.709,19	-	-	1.149.450,97	1.226.709,19
36 – Outros Sv de Terceir. -PF	14.343,63	31.604,65	14.343,63	31.604,65	-	-	14.343,63	31.604,65
30 – Mat. Consumo	30.116,28	28.257,43	30.116,28	28.257,43	-	-	30.116,28	28.257,43
Demais elementos do grupo	16.757,73	25.546,82	15.877,73	25.546,82	880,00	-	15.877,73	25.546,82

Fonte: SIAFI GERENCIAL



## 2.4.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.

QUADRO XIII - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – UG 200390.

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>4 - Investimentos</b>								
52 – Eq. Mat. Permanente	8.647,90	318.146,73	2.597,90	169.842,92	6.050,00	148.303,81	2.597,90	169.842,92
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFIGERENCIAL

QUADRO XIV - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – UG 200391.

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>4 - Investimentos</b>								
52 – Eq. Mat. Permanente.	33.021,12	10.831,40	33.021,12	4.411,40	-	6.420,00	33.021,12	4.411,40
93 Indenizações e Restituições.	-	1.028,18	1.028,18					1.028,18
<b>5-Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6-Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFIGERENCIAL

Em relação às despesas oriundas de Pregão, houve um aumento de 21,44%. As principais contribuições foram essencialmente: aquisição de materiais de expediente e suprimentos de informática que não foram adquiridos ou que foram adquiridos parcialmente no ano anterior; contratação de serviços de engenharia para manutenção e reparos do edifício Sede e Delegacia de Parnaíba. Cumpre esclarecer que a demanda dos respectivos serviços era oriunda de outros exercícios, porém, era premente a necessidade de realização de outros serviços, em especial os de manutenção predial, a fim de possibilitar a adequada e necessária conservação do edifício sede e Delegacia de Parnaíba. Neste sentido, para o exercício de 2012, foram levantadas as principais necessidades de serviços relacionados à execução de reformas nas atuais instalações a fim de conservá-las e de atender o aumento do efetivo, serviços que foram orçados em R\$900.000,00. Ainda podemos registrar um aumento significativo na aquisição de equipamentos e mobiliários, especialmente de informática, uma vez que havia grande defasagem nas áreas fim e meio por novos equipamentos de processamento de dados. Parte das necessidades foram atendidas, contudo, há necessidade de alocação de mais recursos para garantir um atendimento satisfatório de demandas reprimidas por equipamentos de processamentos de dados, condicionadores de ar e mobiliários em geral. Cumpre salientar que no exercício foi realizado pregão para registro de preços considerando ademandada da SR/PI com validade até dezembro de 2012, para viabilizar a ágil aquisição em caso de novas liberações orçamentárias para investimentos.

As despesas com diárias dos servidores administrativos registraram no exercício um decréscimo de 1,40% em função do contingenciamento orçamentário do DPF. Quanto às diárias dos servidores policiais, devemos registrar que embora tenha havido um leve acréscimo de 6,29%, em relação ao ano anterior, várias viagens do cartório itinerante foram suspensas por quase 3 meses, o que gerou acúmulo de diligências pendentes a serem realizadas no interior do Estado e, conseqüentemente, maior demora na conclusão das investigações.

O aumento em torno de 25,91% na Locação de Mão de Obra é oriundo dos procedimentos licitatórios para contratação dos serviços de vigilância, limpeza e conservação e copeiragem e se explica pela inclusão, na planilha de cálculos, do custo relativo ao adicional de periculosidade para os respectivos serviços no âmbito da Superintendência com base em laudo técnico.

Cumpre esclarecer que os valores registrados em “OUTROS” dizem respeito quase na totalidade a ajudas de custos por remoção de servidores.

#### 2.4.5 - Indicadores Institucionais

Embora tenha sido instituído o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, através da Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, com atribuição de propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial, durante o exercício de 2011 não foram divulgados os resultados dos trabalhos relativos aos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal.

### 3. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

#### 3.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO XV – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – UG 200390.  
Valores em R\$1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2011</i>
2010	162.360,58	23.107,95	139.252,63	-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i>
2010	-	-	-	-
<b>Observações:</b>				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

QUADRO XVI – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – UG 200390.

<b>Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG 200391</b>				
				<i>Valores em R\$ 1,00</i>
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i>
2010	-	-	-	-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i>
2010	880,00	-	-	880,00
<b>Observações:</b>				

Fonte SIAFI GERENCIAL

#### 3.2. Análise crítica

No que se refere aos restos a pagar, esta Superintendências tem feito gestão no sentido de reduzir sua inscrição e evitado o máximo possível a permanência de RP Processados e não processados há mais de um exercício financeiro. As principais consequências que podemos registrar pela inscrição de restos a pagar é o comprometimento dos recursos financeiros do próprio exercício, uma vez que na maioria das vezes há se fazer escolha entre o pagamento de restos a pagar ou despesas do exercício, o que provoca impactos negativos na gestão financeira.

#### 4. RECURSOS HUMANOS

##### 4.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

##### 4.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.

QUADRO XVII– FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores sem cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	186	09	05
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	-	<b>186</b>	<b>09</b>	<b>05</b>

Fonte: SRH/SR/PI

##### 4.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da UJ

QUADRO XVIII – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	04
3.2. A pedido, a critério da Administração	02
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	01
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	22
4.2. Capacitação	04
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>34</b>

Fonte: SRH/SR/PI

4.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ  
 QUADRO XIX-DETALHAMENTO ESTRUTURA CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

<i>Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas</i>	<b>Lotação</b>		<b>Ingressos no exercício</b>	<b>Egressos no exercício</b>
	<b>Autorizada</b>	<b>Efetiva</b>		
1. Cargos em comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	04	01	01
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	20	-	02
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	<b>24</b>	<b>01</b>	<b>03</b>

Fonte: SRH/SR/PI

4.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade.

QUADRO XX-QUANTIDADE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA-SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

<b>Tipologias do Cargo</b>	<b>Quantidade de Servidores por Faixa Etária</b>				
	<b>Até 30 anos</b>	<b>De 31 a 40 anos</b>	<b>De 41 a 50 anos</b>	<b>De 51 a 60 anos</b>	<b>Acima de 60 anos</b>
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	04	65	46	62	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	02	01	01	01
2.3. Funções gratificadas	-	10	06	02	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>04</b>	<b>77</b>	<b>53</b>	<b>65</b>	<b>11</b>

Fonte: SRH/SR/PI

4.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade.

QUADRO XXI-QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

<b>Tipologias do Cargo</b>	<b>Quantidade de pessoas por nível de escolaridade</b>								
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	01	05	69	111	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	04	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	06	14	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	<b>01</b>	<b>05</b>	<b>75</b>	<b>129</b>	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado;

## 4.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.

4.2.1. Classificação do quadro de servidores inativos da UJ segundo o regime de proventos e de aposentadoria.

QUADRO XXII - COMPOSIÇÃO QUADRO SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>		
1.1 Voluntária	71	03
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	16	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>		
2.1 Voluntária	12	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	05	-
2.4 Outras	03	01
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>107</b>	<b>04</b>

Fonte: SRH/SR/PI

## 4.2.2 – Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ

QUADRO XXIII- COMPOSIÇÃO QUADRO INSTITUIDORES PENSÃO-SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>		
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
<b>2. Em Atividade</b>		
<b>3. Total (1+2)</b>		

Fonte: SRH/SR/PI

## 4.3. Composição dos Quadro de Estagiários.

QUADRO XXIV - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1 ÁreaFim	-	-	-	-	-
1.2 ÁreaMeio	08	07	08	08	36.227,10
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 ÁreaFim	-	-	-	-	-
2.2 ÁreaMeio	12	08	11	09	31.128,09
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>67.355,19</b>

Fonte: SRH/SR/PI

## 4.4. Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ

## QUADRO XXV- CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratifi-cações	Adicionais	Indeniza- ções	Benefícios Assistenciais e previden-ciários	Demaisdespe sasvariáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	20.336.695,80	1.037.861,46	1.725.692,78	746.138,77	593.532,24	699.052,48	700.010,02	0,00	0,00	25.838.983,55
	2010	20.798.851,87	5.308,40	1.748.329,90	905.213,54	34.076,62	683.190,64	874.984,28	0,00	0,00	25.049.955,25
	2009	19.933.685,46	5.832,21	1.684.324,90	886.470,28	34.825,93	495.126,83	480.639,47	0,00	0,00	23.520.905,08
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2011	836.006,64	63.261,17	75.900,74	12.788,35	3.823,00	1.722,00	21.693,20	0,00	0,00	1.015.195,10
	2010	868.654,62	76.152,68	78.428,54	29.729,27	0,00	34.411,27	26.768,99	0,00	0,00	1.114.145,37
	2009	779.490,97	68.471,01	83.425,07	26.689,27	0,00	63.058,19	14.753,46	0,00	0,00	1.065.887,97
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2011	2.783.958,24	55.414,40	311.266,18	103.182,93	50.979,49	24.391,70	85.468,55	0,00	0,00	3.414.661,49
	2010	3.370.564,28	69.820,49	286.701,24	119.320,59	978,50	34.618,26	92.774,06	0,00	0,00	3.974.777,42
	2009	3.346.502,90	73.675,80	291.823,28	153.266,03	890,94	22.586,26	49.708,48	0,00	0,00	3.938.453,69

Fonte: SRH/SR/PI

## 4.5. Terceirização de mão de obra empregada pela UJ

## 4.5.1 – Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.

## QUADRO XXVI - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.

<i>Unidade Contratante</i>													
<i>Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO PIAUÍ</i>													
<i>UG/Gestão: 200390</i>							<i>CNPJ: 00.391.494/0034-02</i>						
<i>Informações sobre os contratos</i>													
<i>Ano do contrato</i>	<i>Área</i>	<i>Nat.</i>	<i>Identificação do Contrato</i>	<i>Empresa Contratada (CNPJ)</i>	<i>Período contratual de execução das atividades contratadas</i>		<i>Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados</i>						<i>Sit.</i>
							<i>F</i>		<i>M</i>		<i>S</i>		
					<i>Início</i>	<i>Fim</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	
2006	L	O	03	03.909.976/0001-70	01/01/2011	31/03/2011	09	09					E
2006	V	O	07	01.668.768/0001-09	01/01/2011	31/03/2011	06	06	07	07	01	01	E
2011	V	O	05	01.668.768/0001-09	01/04/2011	31/03/2012	06	06	07	07	01	01	A
2011	L	O	06	10.820.620/0001-20	01/04/2011	31/03/2012	06	05	03	03			A
2011	L	O	08	05.695.725/0001-65	01/04/2011	31/03/2012	01	01	01	01			A
<i>Observação: O contrato foi prorrogado excepcionalmente até 31/03/2011.</i>													
<b><u>LEGENDA</u></b>													
<i>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</i>													
<i>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</i>													
<i>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</i>													
<i>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</i>													
<i>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</i>													

Fonte: SELOG/SR/PI



## 4.5.2. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

## QUADRO XXVII - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ													
UG/Gestão: 200390							CNPJ: 00.394.494/0034-02						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	6	O	07	10.820.620/0001-20	01/04/2011	31/03/2012	1	1					A
Observações:													
<b>LEGENDA</b>				<p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.  <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>									
<p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conservação e Limpeza;</li> <li>2. Segurança;</li> <li>3. Vigilância;</li> <li>4. Transportes;</li> <li>5. Informática;</li> <li>6. Copeiragem;</li> <li>7. Recepção;</li> <li>8. Reprografia;</li> <li>9. Telecomunicações;</li> <li>10. Manutenção de bens móveis</li> <li>11. Manutenção de bens imóveis</li> <li>12. Brigadistas</li> <li>13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</li> <li>14. Outras</li> </ol>													

Fonte: SELOG/SR/PI

#### 4.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O Departamento de Polícia Federal não possui indicadores gerenciais sobre recursos humanos estruturados. Existe projeto de implantação de Gestão por Competência e a criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto. A partir da implantação da Gestão por Competências, serão criados os indicadores Gerenciais citados.

## 5. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG

QUADRO XXVIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

### DECLARAÇÃO

Eu, **LANDERSON DE ARAÚJO BASTOS RAMOS**, CPF nº **239.816.793-34**, **Chefe do Setor de Administração e Logística Policial**, exercido na **SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO PIAUÍ** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Teresina, 14 de março de 2012.

**LANDERSON DE ARAÚJO BASTOS RAMOS**  
**239.816.793-34**  
**Chefe SELOG/SR/DPF/PI**

## 6. INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

### 6.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO XXIX – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR		00	00
	Entregaram a DBR		00	00
	Não cumpriram a obrigação		00	00
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR		01	01
	Entregaram a DBR		01	01
	Não cumpriram a obrigação		00	00
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	01	03	04
	Entregaram a DBR	205	205	205
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00

Fonte: SRH/SR/PI

### 6.2 – Análise Crítica da entrega da DBR

No exercício, não houve qualquer registro de ausência de entrega da DBR. Quanto ao gerenciamento, o próprio Setor de Recursos Humanos, através de servidor designado, procede à recepção das declarações dos servidores obrigados pela lei 8.730/93.

Não existe sistema informatizado na Superintendência para o gerenciamento de recepção das DBRs, as quais são entregues em meio físico, nem há mecanismos na UJ com intuito de verificar a compatibilidade entre o patrimônio declarado e a remuneração percebida. Por fim, cumpre esclarecer que todas as declarações entregues são arquivadas no Setor de Recursos Humanos à disposição dos órgãos de controle.

## 7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

## 7.1. Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO XXX – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

QUADRO XXXI - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS UG 200390 – SR/DPF/PI

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p><b>Licitações Sustentáveis</b></p> <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul> <p>RESPOSTA: SIM. Estamos utilizando os ditames do Decreto nº 5.975, de 2006, e Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente - (Resolução nº 307, de 05/07/2002, do CONAMA) e ainda, exigimos nos nossos editais que as empresas a serem contratadas adotem procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil de acordo com a Resolução nº 307, de 05/07/2002, do CONAMA, priorizem o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação dos serviços, observem as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization), relativas a sistemas de gestão ambiental (art. 4º, § 4º), quando for o caso; bem como não utilizar na obra materiais na forma fibrosa dos silicatos minerais pertencentes aos grupos de rochas metamórficas das serpentinas, isto é, a crisotila (asbesto branco), e dos anfibólios, isto é, a actinolita, a amosita (asbesto marrom), a antofilita, a cricidolita (asbesto azul), a tremolita ou qualquer mistura que contenha um ou vários destes minerais.</p>					X
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> <p>RESPOSTA: Não podemos afirmar. Entendemos necessária alguma norma ou legislação que nos dê subsídio para fazer essa análise ou ainda, que haja uma legislação que obrigue as empresas a informarem em seus produtos a quantidade e tipo de matéria prima utilizada, bem como a quantidade utilizada de conteúdos recicláveis. Isto, válido para os produtos importados, que estão dominando nosso mercado tanto de suprimento de informática como material de expediente.</p>		X			
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência a aqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p> <p>RESPOSTA: Sim, em nossos editais estamos incluindo essas cláusulas, entretanto, não temos como avaliar com precisão se as empresas estão cumprindo essas exigências, por não termos parâmetros para tal.</p>					X
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul> <p>RESPOSTA: Não, uma vez que nos respaldamos nos ditames do Art. 30 da Lei 8.666/93 que nos limita àquelas exigências.</p>	X				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul> <p>RESPOSTA: Sim, lâmpadas. Quanto a outros materiais, será utilizado o mesmo critério, assim que houver necessidade de tais aquisições. Houve um impacto positivo na queda do consumo, juntando-se a isso o início do expediente às 07:30hs e o encerramento às 17:30.</p>					X
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul> <p>RESPOSTA: Sim, essa unidade vem exigindo papel reciclado, não obstante seu preço ser</p>					X

comprovadamente superior ao preço do papel comum.					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? RESPOSTA: Sim, mesmo sendo nossas aquisições de viaturas feitas pela sede do Departamento de Polícia Federal em Brasília/DF, estamos informados que a última aquisição, o Pregão 51/2011 UASG 200015, no edital continha tais exigências.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? RESPOSTA: Sim. No que se refere a pilhas, estamos priorizando as recarregáveis, porém, ainda não atingimos nosso objetivo posto que, no que se refere a suprimentos de informática, tendo em vista que ainda não há em nosso mercado, empresas com garantia de qualidade na recarga de cartuchos, podendo ocorrer danos em impressoras com o vazamento de tinta.					X
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. RESPOSTA: Sim.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. RESPOSTA: Sim					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. RESPOSTA: Sim. Porém em nossa cidade ainda não há coleta seletiva, o que torna sem efeito nosso objetivo.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? RESPOSTA: Sim, foi divulgado um memorando circular com esta finalidade					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? RESPOSTA: Sim, esta unidade participa de um projeto de plantio de árvores em conjunto com a Prefeitura Municipal, onde são mobilizados os servidores para esta campanha. Também está em fase de planejamento um programa de conscientização do uso de papeis e outros materiais e serviços.					X
Considerações Gerais:					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					



## 9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

## 9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro XXXII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

<b>LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA</b>		<b>QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ</b>	
		<b>EXERCÍCIO 2009</b>	<b>EXERCÍCIO 2010</b>
<b>BRASIL</b>	<b>PIAUI</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
	<i>Teresina</i>	<i>2</i>	<i>2</i>
	<i>Parnaíba</i>	<i>2</i>	<i>2</i>
<b>Total Brasil</b>		<b>4</b>	<b>4</b>

Fonte:SPIUNET

QUADRO XXXIII - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações	
200390	1153.00075.500-4	13	REGULAR	N/D	01/07/2011	733.925,45	-	-	
200390	1153.00076.500-0	13	REGULAR	N/D	01/07/2011	355.107,32	-	77.264,01	
200390	1219.00065.500-6	13	REGULAR	N/D	06/07/2011	3.700.000,00	-	213.381,65	
200390	1.219.00224.500-0	13	REGULAR	N/D	28/06/2011	2.958.326,64	-		
<b>Total</b>								-	<b>290.645,66</b>

Fonte:SPIUNET

#### 9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

Constata-se a necessidade de manutenção das instalações, tanto da Sede quanto da Delegacia de Policia em Parnaíba, pois a falta de manutenção tem impacto na qualidade dos serviços prestados, no entanto, alguns serviços de engenharia foram realizados visando regularizar alguns problemas crônicos como: gotejamento (serviços de reforma do teto da sede), péssimas condições da calçada, colocação de divisória para adequação de espaços em função da demanda de serviços e do aumento do efetivo, pintura de salas. Esta em fase de elaboração o Termo de Referência para contratação dos serviços de manutenção predial, restando somente a liberação de crédito orçamentário para 2012.

## 10. UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

## 10.1. Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

QUADRO XXXIV - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR  
VALORES EM R\$1,00

Código da UG 1	200391	Limite de Utilização da UG	210.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Regime Especial de Execução	999	R\$14.000,00	R\$13.800,00	R\$00000,00	R\$13.800,00
Regime Especial de Execução	999	R\$ 6.000,00	R\$ 1.050,00	R\$1.865,78	R\$ 2.915,78
Maria dasGraças. Brito daCosta	373.539.931-20	R\$ 9.400,00	R\$ 4.480,00	R\$ 4.789,65	R\$ 9.269,65
Ester Benvindo Martins Barbosa	208.204.703-25	R\$ 3.600,00	R\$ 360,00	R\$ 1.892,28	R\$ 2.252,28
Regime Especial de Execução	999	R\$ 3.600,00	R\$ 1.390,00	R\$ 976,46	R\$ 2.366,46
Regime Especial de Execução	999	R\$14.000,00	R\$ 8.400,00	R\$ 3.378,43	R\$11.778,43
Marcelo Avelino de Sousa	347.853.373-20	R\$ 8.000,00	R\$ 1.240,00	R\$ 3.267,29	R\$ 4.507,29
Regime Especial de Execução	999	R\$ 4.500,00	R\$ 1.520,00	R\$ 253,90	R\$ 1.773,90
Regime Especial de Execução	999	R\$15.000,00	R\$ 4.750,00	R\$ 1.467,60	R\$ 6.217,60
Regime Especial de Execução	999	R\$16.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 6.850,06	R\$ 9.050,60
Regime Especial de Execução	999	R\$16.000,00	R\$ 2.400,00	R\$ 529,00	R\$ 2.929,00
YrisgeissonFontinele Lima	617.903.383-87	R\$ 5.500,00	R\$ 1.690,00	R\$ 1.355,96	R\$ 3.045,96
Regime Especial de Execução	999	R\$15.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 1.668,60	R\$ 8.668,60
Regime Especial de Execução	999	R\$ 3.500,00	R\$ 320,00	R\$ 1.412,83	R\$ 1.732,83
Regime Especial de Execução	999	R\$ 4.500,00	R\$ 820,00	R\$00.000,00	R\$ 820,00
Regime Especial de Execução	999	R\$16.000,00	R\$4.355,00	R\$00.000,00	R\$4.355,00
<b>Total utilizadopela UG</b>			R\$55.775,00	R\$29.708,38	R\$85.483,38

Fonte: SIAFI

## QUADRO XXXV – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

VALORES EM R\$ 1,00

UG 200391					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade <sup>1</sup>	Valor (b)	(a+b)
2009	182	47.759,00	42	27.040,76	74.799,76
2010	101	40.127,00	88	24.198,53	62.838,32
2011	132	55.775,00	50	29.708,38	85.483,38

## 11. RECOMENDAÇÕES DO OCI ANTENDIDAS NO EXERCÍCIO.

## QUADRO XXXVI - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

UnidadeJurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ			1154
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108804	1.1.3.1	Ofício nº.22.656/CGU-Regional/PI/CGU-PR
2	201108804	1.1.4.1	Ofício nº.22.656/CGU-Regional/PI/CGU-PR
3	201108804	1.1.4.2	Ofício nº.22.656/CGU-Regional/PI/CGU-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ			1379
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<p><b>1.1.3.1:</b> 1 Providenciar a atualização de todas as avaliações vencidas dos imóveis sob sua responsabilidade; 2 Regularizar os saldos de contas de imóveis de Uso Especial não registrados no SPIUnet; 3. Providenciar a confecção do inventário dos bens imóveis; 4. Indicar formalmente um servidor responsável e criar rotinas para verificação do vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis, acompanhamento e atualização das informações inseridas e mantidas no SPIUnet;</p> <p><b>1.1.4.1:</b> 1. Adotar para as aquisições de bens, contratações de serviços ou obras, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na IN SLTI/MPOG Nº 01, de 19/01/2010; 2. Adotar medidas com vistas a capacitar seus servidores acerca das exigências da norma supracitada.</p> <p><b>1.1.4.2:</b> 1. Institua Comissão de Coleta Seletiva Solidária; 2. Implante a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva solidária. 3. Implemente ações de publicidade de utilidade pública, que assegurem a lisura e igualdade de participação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no processo de habilitação.</p>			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ			1154
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Foi feita avaliação dos quatro bens imóveis, foram regularizados os saldos de contas de imóveis, indicado formalmente o responsável pelos bens patrimoniais imóveis com respectivas delegações de competência. Foi feita capacitação de um pregoeiro desta Superintendência para alinhamento dos processos à luz da legislação. Existe comissão formalmente instituída para as atividades relacionadas à coleta seletiva de lixo; foi adquirido lixeiras de coleta seletiva de lixo.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Regularizações relacionadas aos bens imóveis e capacitação de servidor para adequação da legislação relacionada a licitações sustentáveis.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Dentre as dificuldades encontradas pela unidade destaca-se: na avaliação de bens imóveis a dificuldade para realizar a avaliação que só foi possível pela boa parceria que Superintendência mantém com a Caixa Econômica Federal. Na área de licitações sustentáveis há uma série de limitações quanto ao cumprimento efetivo da legislação, conforme já descrito no quadro sobre Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis. Quanto à coleta seletiva de lixo podemos destacar a destinação dos resíduos, uma vez que foi feito contato com a Associação dos Agentes Ambientais de Teresina e esta só recebe papel para reciclagem, os demais materiais recicláveis como: plásticos e alumínio ficam sem possibilidade de destinação.			

## 12. RESULTADOS E CONCLUSÕES

### 12.1. Principais ações desenvolvidas e os efeitos positivos ou negativos da UJ:

A análise dos dados apresentados por cada um dos setores desta Superintendência Regional no exercício de 2011 permite considerarmos que, no geral, as ações desenvolvidas corresponderam às expectativas da gestão. Além das diligências investigativas de rotina, foram realizadas oito operações policiais, mobilizando-se todo o efetivo local, contingente que foi reforçado por policiais recrutados de unidades vizinhas. Tais ações possibilitaram a instauração de 927 inquéritos policiais, o indiciamento de 1211 pessoas, o cumprimento de 40 mandados de prisões e de 96 mandados de busca, a apreensão de drogas, veículos e outros bens vinculados às atividades criminosas.

Na área preventiva, foram realizadas palestras educativas em instituições sociais da sociedade civil organizada, como escolas, igrejas, etc. visando a difusão de informações relacionadas à política de combate aos crimes de tráfico de drogas, dentre outros de sua esfera de competências. Vale destacar, a propósito, que o combate ao tráfico de entorpecentes, na área propriamente repressiva, mereceu atenção especial, resultando na apreensão de 111,24 kg de maconha, 24,56 kg de crack e 8,86 kg de cocaína;

Na área administrativa, foram melhorados os sistemas de controle, com as seguintes ações:

a) Consolidação da instalação do SIGEPOL- Sistema de Gerenciamento Policial – SIGEPOL com implantação e treinamento dos módulos de documentos, OMP (Ordem de Missão Policial) e OSA (Ordem de Serviço Administrativo), Sistema de Documentos (memorandos, ofícios, despachos, informações, portarias e outros) Recursos Humanos, Controle de viaturas, livro de plantão, o sistema é integrado e visa agilizar o processo documental com repercussão na gestão.

b) Consolidação da utilização do Sistema de Vídeo Conferência - Instalado o sistema de Vídeo Conferência (Polycom) na SR e no modo Desktop (Polycom CMA Desktop), nos setores: de Logística, Recursos Humanos, Técnico Científico, Corregedoria, Delegacia Executiva, Núcleo de Tecnologia da Informação e Delegacia de Parnaíba.

c) SISTEMA TETRAPOL/INTEGRAPOL (com a ativação do site TV ANTARES), colocando a atividade policial em comunicação direta através de um sistema seguro e independente de rádio celular.

Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e as medidas tomadas para mitigá-las:

Da mesma forma que no exercício de 2010, as principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ em 2011 foram, sem sombra de dúvida, a gestão de recursos econômicos escassos, associados a um contingente de pessoal reduzido para atender a grande demanda de serviços reclamada pela sociedade, quer no que tange às atividades de polícia administrativa ou judiciária da União quer no que se refere às relacionadas à prevenção e/ou repressão dos ilícitos, fato este que se constitui num constante desafio para todos os órgãos de segurança no país.

No aspecto da gestão de recursos humanos, o quadro da Superintendência Regional do Piauí continua sombrio e sem muitas perspectivas. Até o momento as vagas decorrentes das aposentadorias tanto de pessoal da carreira policial quanto do Plano Especial de Cargos dos servidores administrativos aguardam a realização de concurso público pelo órgão central, situação que se agravaria se os servidores que já têm tempo suficiente para a aposentadoria voluntária resolvessem passar para a inatividade a curto prazo.

Principais medidas que deverão ser adotadas pela unidade nos exercícios seguintes para

corrigir os possíveis desvios dos objetivos traçados no exercício:

O cenário atual impõe à instituição policial o desafio de planejar melhor suas ações, modernizar e reaparelhar suas unidades em todo o território nacional, uma vez que a dinâmica das organizações criminosas é sempre no sentido de inovar e criar novas formas de atuação para poder burlar os mecanismos de controle e fiscalização do poder público.

A nível regional, a Superintendência do Piauí sente a necessidade de incrementar os investimentos relativos à aquisição de equipamentos de ponta objetivando maximizar os resultados dos trabalhos da inteligência policial, sem descuidar da melhoria do sistema de gestão que envolve planejamento, estabelecimento de indicadores e capacitação dos servidores tanto na esfera policial quanto nalogística, no entanto, vale salientar que o sistema de gestão no que concerne a sistema de gestão, planejamento e respectivos indicadores, depende da Sede, pois são atividades institucionais definidas no Plano Estratégico do DPF.

Outra meta que se mantém e que se propõe seja alcançada em médio prazo é a construção de nova sede em Teresina, com respectivos mobiliários e equipamentos, objetivando proporcionar melhores condições de trabalho para atendimento das demandas geradas pelas expectativas da sociedade piauiense.

## ANEXOS

## 17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
 COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
 - SERVIÇO DE CONTABILIDADE



DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE PI - SR/PI/DPF	200390 - 200391
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b>, em relação à UG 200390, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li> <li>- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li> <li>- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável:	
GLADSTON GUMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8